



PMS – BA 2019

Prefeitura Municipal do Salvador - Estado da Bahia

MANHÃ

FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Tipo 3 - Amarela



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:
 - a folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

“A civilização do século XX tornou-se altamente dependente do mais nobre dos combustíveis, porque ele é extremamente conveniente: é líquido, podendo pois ser transportado facilmente nos mais variados recipientes e em oleodutos, e, além disso, é o combustível mais rico em calorias. Assim, a humanidade se acostumou com o “creme” dos combustíveis e o desperdiçou, como quem desperdiça um bem ganho sem qualquer esforço. Mas isso vai acabar, o petróleo é uma herança que recebemos do passado e que fatalmente vai terminar”.

José Goldemberg, *Quatro Rodas*, maio de 2013.

No texto acima, o corretor de texto do computador sublinhou os termos “podendo pois”.

Nesse caso, o erro apontado foi

- (A) a ausência da conjunção “mas” antes de “podendo”.
- (B) o emprego indevido de uma vírgula antes do gerúndio.
- (C) o erro de posição de “pois”, que deveria vir antes de “podendo”.
- (D) a falta de vírgulas antes e depois de “pois”.
- (E) o erro no emprego do gerúndio “podendo”.

2

Assinale a opção em que a palavra sublinhada está empregada em sentido lógico.

- (A) “Negar a verdade é um adultério do coração.”
- (B) “A vida é uma viagem durante a noite.”
- (C) “Viver é jogar pontes sobre os rios que passam.”
- (D) “Não se governa com ideias, mas com pessoas.”
- (E) “A ingratidão é a amnésia do coração.”

3

“Com abordagens diretas ou indiretas, a cultura baiana continua em destaque na “Festa Literária Internacional de Paraty”, evento fluminense considerado como um dos principais festivais literários da América do Sul. A nova curadora da “Flip 2019”, a publisher e jornalista Fernanda Diamant acaba de anunciar o escritor fluminense Euclides da Cunha como o “Autor Homenageado” no evento que começa em 10 de julho, no balneário histórico de Paraty”.

Tribuna da Bahia, 7/11/2018.

Assinale a opção que indica a palavra que tem processo de formação distinta das demais.

- (A) abordagens.
- (B) literários.
- (C) jornalista.
- (D) fluminense.
- (E) destaque.

4

O desmatamento da Floresta Amazônica: causas e soluções

O debate sobre o problema do desmatamento da Floresta Amazônica, que tem se expresso, entre outros, nos debates sobre as mudanças no Código Florestal, tem-se caracterizado por sua superficialidade e pelo seu caráter ideológico. Inicialmente, há a necessidade de se identificar o processo de forma clara, após isto buscar as suas causas, e, finalmente, pensar nas soluções no curto, médio e longo prazos.

Política Ambiental, nº 8, junho de 2011.

Assinale a opção em que a relação do título com o texto está corretamente identificada.

- (A) O título fala de causas e soluções do desmatamento, mas só indica as soluções.
- (B) O título indica causas e soluções, mas só indica as causas.
- (C) O texto não fala nem de umas nem de outras, apesar de falar de causas a soluções do desmatamento.
- (D) O texto explicita as causas e soluções do desmatamento falando de causas e soluções no título.
- (E) O texto indica somente uma causa e uma solução, apesar de indicar uma quantidade plural de causas e soluções.

5

“A ideia de que a natureza existe para servir o homem seria apenas ingênua, se não fosse perigosamente pretensiosa.

Essa crença lançou raízes profundas no espírito humano, reforçada por doutrinas que situam corretamente o *Homo Sapiens* no ponto mais alto da evolução, mas incidem no equívoco de fazer dele uma espécie de finalidade da criação. Pode-se dizer com segurança que nada na natureza foi feito para alguma coisa, mas pode-se crer em permuta e equilíbrio entre seres e coisas”.

Lisboa, Luiz Carlos. *Olhos de ver; ouvidos de ouvir*. Ed. DIFEL. 2013.

Esse trecho critica basicamente

- (A) a visão da criação trazida pela Bíblia.
- (B) uma visão biológica sobre o *Homo Sapiens*.
- (C) a ingenuidade de grande parte da população.
- (D) a ignorância humana sobre suas próprias origens.
- (E) a existência de crenças infundadas na humanidade.

6

Os dicionários de sinônimos mostram um conjunto de vocábulos que podem ter significados equivalentes em determinados contextos. Temos a seguir um conjunto de vocábulos considerados sinônimos: morrer – falecer – desencarnar – perecer – sucumbir – expirar.

Assinale a opção em que a lacuna deve ser preenchida com o verbo “perecer”.

- (A) Com o terremoto, muitos dos habitantes vieram a _____.
- (B) Os espíritos dizem que o _____ é só uma etapa.
- (C) Apesar da luta, Tancredo Neves veio a _____ no hospital de Brasília.
- (D) Muitos pacientes terminais devem _____ neste final de semana.
- (E) Muitos brasileiros devem _____ de causas naturais em 2018.

7

Observe o cartaz publicitário abaixo:



O cartaz se refere a *Black Friday*, dia em que os preços do comércio são reduzidos.

Sobre os componentes verbais, gráficos e imagísticos desse cartaz, assinale a afirmativa correta.

- (A) No segmento “Ela está chegando”, a forma verbal é empregada para indicar algo que vai durar certo tempo.
- (B) O tratamento “você” se refere a um leitor específico.
- (C) O termo “esquenta” se refere a uma antecipação da *Black Friday*.
- (D) “ofertas exclusivas” se refere a algo só ofertado em momentos especiais.
- (E) O verbo “aproveitar” indica ganhos especiais para os lojistas, nesse momento.

8

Uma cantiga de roda diz o seguinte:

*Eu fui no Tororó
beber água não achei
Achei bela morena
que no Tororó deixei
Aproveita minha gente
que uma noite não é nada
Se não dormir agora
dormirá de madrugada*

Em relação a essa cantiga, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O primeiro verso mostra um erro de regência.
- (B) A segunda estrofe tem independência semântica em relação à primeira.
- (C) Entre “beber água” e “não achei” há uma oposição.
- (D) “Que uma noite não é nada” traz ideia de causa.
- (E) O último verso fala de um tempo futuro.

9

O jornal *O Estado de São Paulo* publicou, em 6/10/2016, a seguinte manchete:

Avanço do desmatamento na Amazônia causa alerta no governo

Infer-se dessa manchete que

- (A) o desmatamento na Amazônia tem aumentado progressivamente nos últimos tempos.
- (B) em relação aos anos anteriores, tem havido um aumento no desmatamento da floresta.
- (C) o aumento do desmatamento na Amazônia traz instabilidade política ao governo.
- (D) o desmatamento da Amazônia traz preocupações ao Governo.
- (E) as preocupações econômicas aumentam com o desmatamento da Amazônia.

10

No prefácio de um livro de Jorge Amado, Vinícius de Moraes escreveu o seguinte:

“Em dois textos simples, Jorge Amado acaba de escrever o que para mim é o melhor romance e a melhor novela da literatura brasileira”.

Nesse texto Vinícius expressa sua opinião sobre dois livros de Jorge Amado.

Assinale a opção em que o caráter opinativo está presente nos dois termos.

- (A) textos simples – acaba de escrever.
- (B) para mim – literatura brasileira.
- (C) acaba de escrever – melhor romance.
- (D) melhor novela – textos simples.
- (E) literatura brasileira – melhor romance.

11

Uma das marcas do discurso jornalístico é a impessoalidade. Assinale a opção que, ao contrário, mostra traços de pessoalidade.

- (A) Tornou-se habitual a ocorrência de assaltos nos túneis.
- (B) Sabe-se que a vida nas grandes cidades é mais cara.
- (C) Tem sido generalizada a ideia de que a polícia comete falhas.
- (D) É de consenso que os professores ganhamos pouco.
- (E) Comumente ouve-se falar de acidentes com motos.

12

No prefácio de um livro de Jorge Amado, Vinícius de Moraes escreveu o seguinte:

“Em dois textos simples, Jorge Amado acaba de escrever o que para mim é o melhor romance e a melhor novela da literatura brasileira”.

O segmento “o melhor romance e a melhor novela da literatura brasileira” refere-se

- (A) a uma narrativa que poderia ser considerada como romance ou novela.
- (B) a duas obras distintas publicadas em um só livro.
- (C) à publicação de dois textos de valor na obra de Jorge Amado.
- (D) à escrita simultânea de dois livros por Jorge Amado.
- (E) à notícia do relançamento de novos livros de nossa literatura.

Raciocínio Lógico

13

Gisele quer guardar seus 101 mangás (histórias em quadrinhos japonesas) em um pequeno gaveteiro com 7 gavetas. Em cada gaveta cabem, no máximo, 20 mangás.

É correto concluir que

- (A) uma gaveta ficará vazia.
- (B) cinco gavetas ficarão com 20 mangás.
- (C) cada gaveta terá pelo menos um mangá.
- (D) pelo menos uma gaveta ficará com mais de 14 mangás.
- (E) nenhuma gaveta ficará vazia.

14

Três funcionários fazem um determinado trabalho em 60 minutos. Cinco funcionários, com a mesma eficiência, fazem o mesmo trabalho em

- (A) 1 hora e 40 minutos.
- (B) 1 hora e 20 minutos.
- (C) 50 minutos.
- (D) 36 minutos.
- (E) 30 minutos.

15

Trocando-se a ordem das letras da sigla PMS de todas as maneiras possíveis, obtêm-se os anagramas dessa sigla.

O número desses anagramas é

- (A) 16.
- (B) 12.
- (C) 9.
- (D) 8
- (E) 6.

16

Entre 6 deputados, 3 do Partido **A** e 3 do Partido **B**, serão sorteados 2 para uma comissão.

A probabilidade de os 2 deputados sorteados serem do Partido **A** é de

- (A) $\frac{1}{2}$.
- (B) $\frac{1}{3}$.
- (C) $\frac{1}{4}$.
- (D) $\frac{1}{5}$.
- (E) $\frac{1}{6}$.

17

Considere a sentença:

“Se Fátima é funcionária da PMS, então Fátima é baiana”.

Sabe-se que essa sentença é **falsa**.

É correto concluir que

- (A) “Se Fátima não é funcionária da PMS, então Fátima não é baiana”.
- (B) “Fátima é funcionária da PMS e é baiana”.
- (C) “Fátima não é funcionária da PMS e não é baiana”.
- (D) “Fátima é funcionária da PMS e não é baiana”.
- (E) “Fátima não é funcionária da PMS e é baiana”.

18

Uma caixa tem apenas bolas azuis ou vermelhas, todas numeradas. Um terço das bolas vermelhas têm números pares e as demais bolas vermelhas têm números ímpares. Um quarto das bolas azuis têm números ímpares e as demais bolas azuis têm números pares. De todas as bolas da caixa, 48% são vermelhas.

Do total de bolas da caixa, a porcentagem de bolas com números ímpares é

- (A) 41%.
- (B) 42%.
- (C) 43%.
- (D) 44%.
- (E) 45%.

19

Armando pagou uma prestação após o vencimento, com 5% de juros. O valor total pago por Armando, juros incluídos, foi de R\$252,00.

O valor original da prestação, sem os 5% de juros, era de

- (A) R\$242,00.
- (B) R\$240,00.
- (C) R\$239,40.
- (D) R\$238,20.
- (E) R\$236,60.

20

Em uma pequena empresa, a média salarial dos 12 funcionários era de R\$2400,00. Lúcio Mauro, que ganhava R\$3000,00, se aposentou e para ocupar sua vaga foi contratado Felipe, com um salário de R\$1800,00.

Assinale a opção que indica a nova média salarial dos 12 funcionários dessa empresa.

- (A) R\$2350,00.
- (B) R\$2300,00.
- (C) R\$2280,00.
- (D) R\$2250,00.
- (E) R\$2200,00.

MÓDULO II

Direito Administrativo

21

José é servidor público ocupante de cargo efetivo do executivo municipal e está lotado no departamento de recursos humanos. Após estudo estratégico de pessoal de toda a administração pública municipal, constatou-se a carência de servidores no departamento de licitação, razão pela qual o Prefeito praticou ato administrativo determinando a remoção de José para aquele órgão.

Inconformado, José impetrou mandado de segurança, pleiteando judicialmente a manutenção de sua lotação no setor de recursos humanos.

A pretensão de José merece

- (A) *desacolhimento*, porque a remoção é ato administrativo discricionário e, por esta razão, o Poder Judiciário, em regra, deve controlar apenas sua legalidade e não seu mérito.
- (B) *acolhimento*, porque a remoção é ato administrativo vinculado e, por esta razão, o Poder Judiciário, em regra, deve controlar tanto seu mérito, como sua legalidade.
- (C) *acolhimento*, porque a remoção é ato administrativo discricionário e, por esta razão, o Poder Judiciário, em regra, deve controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor.
- (D) *desacolhimento*, porque, apesar de a remoção ser um ato administrativo vinculado, tanto a Administração quanto o Poder Judiciário devem analisar seu mérito, revisando os valores de oportunidade e conveniência.
- (E) *acolhimento*, porque a remoção é ato administrativo vinculado e, por esta razão, o Poder Judiciário deve controlar seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor.

22

João, ocupante estável do cargo efetivo de Fiscal de Serviços Municipais de Salvador, foi vítima de uma bala perdida, que lhe causou limitações permanentes em sua capacidade física, conforme verificado por inspeção médica oficial do Município.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salvador (Lei Complementar nº 001/91), como não restou configurada a incapacidade absoluta para o serviço, João será investido, por

- (A) *aproveitamento*, no mesmo cargo de origem, com responsabilidades iguais ou superiores às anteriores.
- (B) *disponibilidade*, em cargo de responsabilidades iguais ou inferiores ao anteriormente ocupado.
- (C) *recondução*, em cargo de responsabilidades iguais ou superiores ao anteriormente ocupado.
- (D) *reintegração*, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com as limitações que sofreu.
- (E) *readaptação*, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com as limitações que sofreu.

23

Joaquim construiu irregularmente, sem obter qualquer licença para tal e ao arrepio dos ditames legais sobre a matéria, um muro que se iniciou nos limites de sua propriedade e se estendeu para a calçada, ocupando parte de área pública, com risco iminente de desabamento e dificultando o tráfego de pedestres.

O poder público municipal, com as formalidades legais, utilizando sua prerrogativa de direito público que, calcada na lei, lhe autoriza a restringir o uso e o gozo da propriedade privada em favor do interesse da coletividade, determinou a demolição da obra.

O *poder administrativo* que fundamentou a demolição e o *atributo do ato administrativo* que fez valer tal decisão sem necessidade de prévia intervenção do Poder Judiciário, são denominados, respectivamente,

- (A) *normativo e coercitibilidade*.
- (B) *disciplinar e autoaplicabilidade*.
- (C) *de polícia e autoexecutoriedade*.
- (D) *sancionatório e imperatividade*.
- (E) *de hierarquia e impositividade*.

24

O Município de Salvador, após regular processo licitatório na modalidade concorrência, celebrou contrato de concessão com determinada sociedade empresária para prestação do serviço público de transporte coletivo intramunicipal de passageiros.

Durante o prazo de vigência do contrato de concessão, o poder concedente retomou a prestação do serviço, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica aprovada pela Câmara.

Na hipótese descrita, de acordo com a Lei nº 8.987/95, ocorreu a extinção da concessão por

- (A) *caducidade*, com o prévio pagamento de indenização.
- (B) *revogação*, com o ulterior pagamento de indenização.
- (C) *anulação*, com o prévio pagamento de indenização.
- (D) *encampação*, com o prévio pagamento de indenização.
- (E) *rescisão*, com o ulterior pagamento de indenização.

25

João, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Serviços Municipais de Salvador, no exercício da função, recebeu vantagem econômica consistente em trinta mil reais, para fazer declaração falsa sobre medição e avaliação em serviço público que fiscalizava.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, João

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, eis que não se qualifica como agente político para fins de aplicação da lei de improbidade, mas deve ser responsabilizado na esfera criminal e por falta disciplinar.
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, porque não há comprovação de que o agente público, de fato, tenha concluído a declaração falsa, mas deve ser responsabilizado na esfera criminal por tentativa de corrupção.
- (C) praticou ato de improbidade administrativa e está sujeito, dentre outras sanções, ao ressarcimento ao erário, à perda da função pública, à cassação dos direitos políticos e à multa civil.
- (D) praticou ato de improbidade administrativa e está sujeito, dentre outras sanções, ao ressarcimento integral do dano, à perda da função pública, à cassação dos direitos políticos e à proibição de contratar com o Poder Público.
- (E) praticou ato de improbidade administrativa e está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos, de oito a dez anos.

26

Dois empregados da sociedade empresária concessionária do serviço público municipal de coleta e tratamento de esgotamento sanitário realizavam reparo em uma estação de tratamento de esgoto de Salvador.

Durante o serviço, rompeu-se uma manilha e a casa vizinha à estação ficou inundada de esgoto, causando diversos prejuízos à proprietária Joana.

Sobre o caso em tela, em matéria de responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não cabe indenização a Joana, pois não há comprovação de que os funcionários agiram com culpa ou dolo.
- (B) Não cabe indenização a Joana, pois os funcionários não praticaram ato ilícito, pois estavam no estrito cumprimento de seu dever contratual.
- (C) Cabe indenização pelo Município, diretamente, na qualidade de poder concedente, por sua responsabilidade civil subjetiva.
- (D) Cabe indenização pela sociedade empresária concessionária, por sua responsabilidade civil subjetiva, mediante a comprovação da culpa ou dolo de seus funcionários.
- (E) Cabe indenização pela sociedade empresária concessionária, que tem responsabilidade civil objetiva, sendo prescindível a comprovação da culpa ou dolo de seus funcionários.

27

No terceiro setor da economia estão presentes as entidades privadas, chamadas pela doutrina de paraestatais, que atuam ao lado da Administração Pública, sem finalidade lucrativa e executam atividades de interesse social.

Dentre elas, destacam-se as qualificadas como Organizações Sociais (OS's) que, como disposto na Lei nº 9.637/98,

- (A) possuem autonomia em seu órgão colegiado de deliberação superior, vedada a participação de representantes do Poder Público e de membros da comunidade.
- (B) prestam serviços públicos não exclusivos do Estado, como ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
- (C) dependem de prévia lei específica para serem criadas e promovem obrigatoriamente a distribuição de bens e de parcela do patrimônio líquido a seus acionistas.
- (D) integram a Administração Indireta e possuem em seu estatuto objeto social relacionado com as atividades que desempenharão após a celebração do convênio.
- (E) têm personalidade jurídica de direito público e estão habilitadas, estatutariamente, a prestar serviços públicos essenciais compatíveis com o termo de parceria.

28

O Município de Salvador deseja firmar contrato administrativo, no valor de R\$100.000,00, com a sociedade empresária XYZ de notória especialização para a prestação de serviços técnicos de natureza singular de fiscalização, supervisão e gerenciamento de determinados serviços.

De acordo com as normas de regência, no caso em tela, a contratação pretendida é

- (A) inviável, porque apenas os ocupantes de cargo efetivo de Fiscal de Serviços Municipais podem prestar tais serviços.
- (B) inviável, porque é imprescindível que haja prévio procedimento licitatório na modalidade convite.
- (C) inviável, porque é imprescindível que haja prévio procedimento licitatório na modalidade tomada de preços.
- (D) viável, mediante inexigibilidade de licitação e desde que o valor do contrato esteja de acordo com o preço de mercado.
- (E) viável, mediante dispensa de licitação e desde que o valor do contrato esteja de acordo com o preço de mercado.

Direito Constitucional

29

O Governador do Estado Alfa expediu decreto, no qual dispensava determinados estabelecimentos industriais de cumprirem as rígidas regras ambientais estatuídas pela Lei federal nº 123 e determinava que os seus comandos não deveriam ser observados pela fiscalização promovida pelos órgãos estaduais.

Considerando a recusa na execução de lei federal e a necessidade de decretação de intervenção da União no Estado Alfa, de modo a suspender a execução do decreto estadual, é correto afirmar que tal será possível com

- (A) o provimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal e a edição de decreto de intervenção pelo Presidente da República, a ser apreciado pelo Congresso Nacional.
- (B) o provimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal e a edição de decreto de intervenção pelo Presidente da República, dispensada a aprovação do Congresso Nacional.
- (C) a edição imediata de decreto de intervenção pelo Presidente da República, a ser apreciado, incontinenti, pelo Congresso Nacional.
- (D) a edição imediata de decreto de intervenção pelo Presidente da República, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional.
- (E) a aprovação da intervenção pelo Congresso Nacional e a posterior edição de decreto de intervenção pelo Presidente da República.

30

Anastácio, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral.

À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, a condição de eleitor de Anastácio era imprescindível para que ele pudesse ajuizar

- (A) mandado de segurança.
- (B) mandado de injunção.
- (C) *habeas corpus*.
- (D) ação popular.
- (E) *habeas data*.

31

A sociedade empresária Alfa, após ampliar seu parque industrial e aumentar drasticamente sua produção, resolveu oferecer seus produtos pela metade do custo oferecido pelos outros produtores existentes, o que somente foi possível, apesar dos prejuízos, em razão das elevadas reservas de capital que amalhara nos últimos anos.

Dois anos após a implementação dessa política, os demais produtores estavam falidos, o que consolidou o domínio da sociedade empresária Alfa no mercado interno.

À luz das normas a respeito dessa temática previstas na Constituição de 1988, cuja eficácia será integrada pela legislação infraconstitucional, deve-se afirmar que o proceder da referida sociedade empresária foi

- (A) correto, pois, nos sistemas de livre iniciativa, cada sociedade empresária pode adotar os meios ao seu alcance para dominar o mercado.
- (B) incorreto, pois devem ser reprimidas pela legislação as práticas que visem à dominação de mercados e à eliminação da concorrência.
- (C) correto, pois, no sistema capitalista, compete ao próprio mercado autorregular-se, o que é secundado pelo poder de escolha do consumidor.
- (D) incorreto, pois a redução de preços deveria ser previamente informada aos concorrentes, de modo que pudessem ajustar-se à nova realidade do mercado.
- (E) correto, pois a preferibilidade da livre concorrência não pode privar o consumidor dos benefícios obtidos com a aquisição de produtos por preços mais baixos.

32

O Prefeito do Município Alfa solicitou orientações de sua assessoria jurídica a respeito da sistemática de criação de uma autarquia, da natureza de sua personalidade jurídica e da possibilidade desse ente celebrar contrato, a ser firmado por seus administradores, com o poder público, visando a ampliar a sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

À luz da sistemática constitucional, a assessoria respondeu corretamente que as autarquias

- (A) são criadas por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito público e estando autorizadas a celebrar os denominados contratos de gestão.
- (B) têm sua instituição autorizada por lei, possuindo personalidade jurídica de direito público e não estando autorizadas a celebrar contratos com o Poder Público.
- (C) são criadas por ato administrativo negocial, possuindo personalidade jurídica de direito público e não estão autorizadas a celebrar contratos com o Poder Público.
- (D) são criadas por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito privado e os seus contratos são celebrados pelo Ministro responsável pela supervisão.
- (E) têm sua instituição autorizada por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito público e os seus contratos são celebrados pelo Ministro responsável pela supervisão.

33

O Prefeito do Município Alfa deseja realizar operação de crédito para fazer face (I) às despesas de investimentos; (II) às inversões financeiras; (III) às transferências de capital; e (IV) às subvenções econômicas.

Considere que o chefe do Poder Executivo não conta com o apoio da maioria dos vereadores, o que inviabiliza a abertura de créditos suplementares ou especiais.

A receita resultante da referida operação de crédito pode ser direcionada para a despesa referida em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

34

Ernesto, servidor público federal, requereu e teve deferida sua aposentadoria por tempo de contribuição. Em razão de falhas burocráticas, o Tribunal de Contas da União somente apreciou o caso, para fins de registro, seis anos após a aposentadoria de Ernesto.

Por visualizar a existência de equívocos no processo administrativo, já que não teria sido comprovado o tempo de contribuição exigido pela legislação de regência, o Tribunal, sem ouvir Ernesto, negou-se a promover o registro e determinou o retorno dos autos ao órgão de origem, de modo que o referido agente deveria retornar ao serviço público ativo.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o procedimento adotado pelo Tribunal está

- (A) certo, pois a concessão da aposentadoria é ato complexo, que somente se aperfeiçoa após o registro perante o Tribunal de Contas.
- (B) errado, pois o registro do ato de concessão da aposentadoria tem natureza meramente declaratória, de modo que o Tribunal de Contas não pode negar-se a fazê-lo.
- (C) errado, pois o exame do ato de aposentadoria, pelo Tribunal de Contas, seis anos após a sua concessão, exigiria a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (D) errado, pois o decurso de seis anos, desde o ato de aposentadoria, obsta que o Tribunal de Contas profira decisão desfavorável ao beneficiário, salvo comprovada má-fé.
- (E) errado, pois a decisão final a respeito do registro da aposentadoria é de competência do próprio órgão que a concedeu.

Direito Tributário

35

Determinado Município pretende renovar a concessão de isenção do IPTU para aposentados que recebem até 3 salários mínimos, benefício concedido anualmente.

Neste caso, é necessário que

- (A) demonstre o impacto orçamentário-financeiro no exercício fiscal.
- (B) atenda ao disposto na Lei Orçamentária Anual.
- (C) considere a renúncia para fins de fixação de metas orçamentárias.
- (D) esteja acompanhada de medidas de compensação.
- (E) nenhuma medida precisa ser tomada, por ser mera renovação.

36

Determinado vereador faz uso de sua secretária parlamentar, paga pelo Erário Público, para tratar, entre outras atividades vinculadas ao seu cargo e função, dos seus interesses particulares.

Neste caso, pratica

- (A) fato penalmente atípico.
- (B) crime de corrupção passiva.
- (C) crime de corrupção ativa.
- (D) crime de peculato.
- (E) fato penalmente imune.

37

Leia o fragmento a seguir.

Trata-se de tributo que representa contraprestação a uma atividade do poder público e que não pode superar a relação de razoável equivalência que deve existir entre o custo real da atuação estatal referida ao contribuinte e o valor que o Estado pode exigir de cada um, considerados, para esse efeito, os elementos pertinentes às alíquotas e à base de cálculo fixadas em lei.

O fragmento acima trata de

- (A) preço público.
- (B) empréstimo compulsório.
- (C) tarifa.
- (D) contribuição de melhoria.
- (E) taxa.

38

Com relação à nota fiscal de serviços eletrônica, analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

- I. A NFS-e poderá ser cancelada através de procedimento on-line, executado pelo próprio contribuinte, no portal da NFS-e apenas quando houver falta de pagamento do ISS, pelo tomador do serviço.
- II. O aplicativo para emissão da NFS-e poderá ser utilizado mediante cadastro do contribuinte e uso de chave eletrônica.
- III. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e é um documento digital destinado a documentar as operações de prestação de serviço.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – V.
- (E) V – F – F.

39

Os fatos geradores dos impostos têm suas normas gerais reguladas por

- (A) Lei Ordinária.
- (B) Emenda Constitucional.
- (C) Lei Complementar.
- (D) Decreto Legislativo.
- (E) Dispositivo Constitucional.

40

A prefeitura do Município Alfa realizou recapeamento asfáltico na rua em que João mora, considerando que a pista estava muito esburacada porque tinha sido asfaltada há longo tempo passado.

Em seguida, enviou a João, proprietário do imóvel de número 20, e aos demais proprietários, boleto cobrando contribuição de melhoria. Considerando que a obra teria custado R\$ 20.000,00, coube a cada contribuinte (são 40) o valor de R\$ 500,00.

Neste caso, a cobrança é

- (A) constitucional, porque basta ao Município provar que realizou a obra e seu custo, partilhando-o com os beneficiários.
- (B) ilegal, considerando que o recapeamento não é obra, porém serviço, para o qual deveria haver cobrança de tarifa.
- (C) inconstitucional e ilegal, visto que para a cobrança do tributo é necessário provar o benefício ao contribuinte.
- (D) anulável, por vício de consentimento prévio por parte dos moradores da rua.
- (E) nula, por ter transformado a taxa de pavimentação em contribuição de melhoria.

MÓDULO III

Conhecimentos Específicos

41

Com base na Lei nº 4.320/64, assinale a opção correta em relação ao superávit do orçamento corrente.

- (A) É uma receita de capital.
- (B) Representa item da receita orçamentária.
- (C) Resulta do balanceamento dos totais das receitas e das despesas de determinado período.
- (D) Provém da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas.
- (E) Deve ter a sua composição especificada em nota explicativa.

42

A receita pode ser classificada em receita corrente e receita de capital.

Com base nessas categorias, assinale a afirmativa correta.

- (A) As operações de crédito e as receitas industriais são receitas correntes.
- (B) A alienação de bens e as receitas de contribuições são receitas correntes.
- (C) As receitas provenientes da conversão em espécie de bens e direitos e as receitas patrimoniais são receitas de capital.
- (D) As receitas tributárias e os recursos recebidos de outras pessoas de direito público destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital são receitas de capital.
- (E) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e a amortização de empréstimos são receitas de capital.

43

A fase de avaliação e controle é realizada pelos órgãos internos e externos que apreciam e julgam se a aplicação dos recursos públicos ocorreu nos termos previstos na Lei Orçamentária Anual.

O controle externo é exercido pelo (a)

- (A) Poder Legislativo.
- (B) Poder Executivo.
- (C) Poder Judiciário.
- (D) Auditoria Independente.
- (E) Conselho Federal de Contabilidade.

44

Em relação à atividade financeira do Estado, analise as funções a seguir.

- I. Obtenção de recursos por meio de receitas públicas.
- II. Criação de crédito público por meio de endividamento público.
- III. Gestão e planejamento da aplicação dos recursos, por meio do orçamento público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I, II e III.

45

A Lei de Responsabilidade Fiscal trata de vedações relacionadas às operações de crédito.

As opções a seguir indicam vedações, com exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- (B) Compra no mercado de títulos da dívida pública por instituição financeira controlada, para atender investimentos de seus clientes.
- (C) Captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição, cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
- (D) Assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.
- (E) Recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.

46

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é **vedada** a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada, por lei, ao (à)

- (A) pagamento dos salários de servidores públicos.
- (B) auxílio alimentação de servidores públicos.
- (C) regime de previdência social de servidores públicos.
- (D) manutenção de patrimônio público.
- (E) amortização da dívida pública.

47

O Ciclo Orçamentário é uma sequência de fases ou etapas que deve ser cumprida como parte do processo orçamentário.

Assinale a opção que indica a fase em que a arrecadação de receita pública e a realização da despesa pública são efetivadas.

- (A) *Elaboração*.
- (B) *Discussão*.
- (C) *Aprovação*.
- (D) *Execução*.
- (E) *Avaliação e controle*.

48

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, fica a cargo do (da)

- (A) Tribunal de Contas da União.
- (B) Ministério Público.
- (C) Ministério da Fazenda.
- (D) Advocacia Geral da União.
- (E) Câmara de Deputados.

49

Leia o fragmento a seguir.

“O orçamento não deve incluir em seu projeto de lei assuntos estranhos à previsão de receitas e à fixação de despesas”.

Assinale a opção que indica o *princípio orçamentário* a que o fragmento se refere.

- (A) *Programação*.
- (B) *Equilíbrio*.
- (C) *Legalidade*.
- (D) *Especificação*.
- (E) *Exclusividade*.

50

Assinale a opção que indica a correta classificação contábil da amortização da dívida pública e dos juros da dívida pública, respectivamente.

- (A) Transferência corrente e despesa financeira.
- (B) Transferência de capital e transferência corrente.
- (C) Inversões financeiras e despesa de custeio.
- (D) Investimentos e inversões financeiras.
- (E) Investimentos e despesa financeira.

51

Hélio, empresário bem-sucedido, solteiro, sem filhos, tem um grande patrimônio. Desde 2011, apresenta o hábito de ingerir excessivas quantidades de álcool. No começo de 2018 esta rotina se intensificou e Hélio começou a beber durante os sete dias da semana, não mais administrando as suas atividades comerciais ou vida afetiva.

Sobre a situação de Hélio, segundo o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) É absolutamente capaz para prática de todos os atos da vida civil.
- (B) É absolutamente incapaz para prática de atos da vida civil.
- (C) É relativamente incapaz em razão da prodigalidade.
- (D) É relativamente incapaz por ser ébrio habitual.
- (E) Estende-se, ao menos quanto aos atos civis que digam respeito ao seu patrimônio, a relativa incapacidade de exprimir sua vontade por causa transitória.

52

Aurélio é coronel do Exército Brasileiro. Em missão de ajuda humanitária ocorrida em conflito armado em um país estrangeiro, Aurélio desapareceu, não tendo retornado ao país, mesmo após o término da missão, ocorrido há quatro anos.

No início do corrente ano, houve o pronunciamento do Presidente do país estrangeiro afirmando o encerramento de busca por pessoas não encontradas na época do conflito.

Quanto ao caso concreto, é correto afirmar que Aurélio

- (A) tornou-se relativamente incapaz para o exercício de alguns atos da vida civil, mais especificamente, aqueles de caráter patrimonial.
- (B) é considerado falecido por morte natural.
- (C) será tido como presumidamente morto, para o que será necessária a declaração prévia de ausência.
- (D) tornou-se absolutamente incapaz.
- (E) poderá ter a morte presumida declarada, sem decretação de ausência.

53

Marcelo começa a realizar obra em área contígua à praia em Salvador, com o objetivo de ali instalar um restaurante. Porém, em momento já adiantado da construção, mediante inspeção da fiscalização municipal competente, detectou-se que o local era inadequado para receber construções. Também afirmaram as autoridades que não havia possibilidade de alteração no projeto de obra, pois qualquer edificação naquele lugar poderia gerar risco de desabamento, temerário a toda população vizinha, operários, frequentadores do local e até terceiros.

Conforme o Código de Obras do Município de Salvador e considerando a autuação gerada pela fiscalização, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso Marcelo continue a execução da obra, é apenas cabível a aplicação de multa, que será mais severa diante da gravidade do risco a que expõe a sociedade.
- (B) A obra deverá ser interditada temporariamente, com o objetivo de solucionar seus problemas e adaptar o projeto para continuar sua execução.
- (C) Caso Marcelo não proceda a demolição da obra, após notificado para tanto, o Município deverá executar o ato, cobrando as despesas decorrentes disto.
- (D) Ante a impossibilidade de adaptar a construção ao disposto no Código de Obras do Município de Salvador, deverá haver sua demolição, não sendo possível a Marcelo interpor recurso da decisão administrativa que determina este ato.
- (E) Caso Marcelo seja notificado para que se efetue a demolição e não o faça no prazo estabelecido, o Município não poderá executá-la, devendo, apenas, postular tal pleito ao Poder Judiciário.

54

Carlos pretende realizar um projeto de subdivisão de uma gleba de terra, localizada em área urbana, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias e logradouros públicos, ou qualquer modificação dos que já existem.

Segundo a Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quando o projeto de Carlos para o parcelamento de solo urbano for aprovado, não haverá caducidade da aprovação pela não execução no prazo constante no cronograma de execução.
- (B) O projeto de loteamento ou desmembramento apresentado deverá ser aprovado pelo Estado.
- (C) O projeto não será aprovado caso o pretendido parcelamento de solo ocorra em área de risco que o plano diretor, ou legislação que dele derive, considere não edificável.
- (D) A aprovação de projetos de loteamento ou desmembramento será sempre realizada pelo Município. Também será sempre este ente federativo que irá disciplinar o ato de aprovação, não havendo nenhuma situação em que esta incumbência pertence ao Estado.
- (E) A aprovação de projetos de loteamento ou desmembramento será sempre realizada pelo Município.

55

Walter, 16 anos, é exímio desenhista e começou a produzir e vender camisetas a pessoas próximas, de seu colégio e de sua família. Em menos de seis meses, o negócio cresceu exponencialmente e ele abriu um sítio eletrônico de vendas. Sua renda é tão alta que lhe permite arcar com suas despesas pessoais, sustentar seus pais e aplicar na poupança.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cessou para Walter, ainda que menor, a incapacidade.
- (B) Walter é absolutamente incapaz.
- (C) Walter é relativamente capaz, devendo ser assistido por seus pais em todos os contratos assinados em decorrência de sua atividade negocial.
- (D) Walter apenas adquirirá a plena capacidade caso seus pais a outorguem.
- (E) Apenas o exercício de emprego público efetivo gera a cessação da incapacidade, o que não ocorre pelo exercício de atividade privada.

56

Eliana está realizando obra em Salvador para construção de sua casa, aprovada por meio de Alvará. No local, há uma servidão de águas, mas, devido a vazamento conhecido por Eliana, há escoamento de águas para a via pública, o que pode gerar maiores danos, principalmente em época de chuvas.

Diante disto, agentes públicos municipais visitaram a obra de Eliana.

Sobre a questão de fiscalização de obras, segundo o Código de Obras do Município de Salvador, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível a Eliana não permitir a fiscalização, caso os agentes não lhe apresentem mandado judicial para entrar em sua propriedade.
- (B) Não se considera parte da preservação da segurança e integridade dos operários, das propriedades vizinhas e do público, o impedimento de vazamento de águas servidas para ruas públicas.
- (C) Os agentes públicos vinculados ao Município não podem realizar a fiscalização desta obra, pois a competência deste ato é outorgada ao Estado.
- (D) Os agentes municipais poderão buscar entender o projeto da obra e o que dispõe sobre as águas servidas no momento da fiscalização, analisando o jogo completo do projeto aprovado e mantido no local da obra.
- (E) Os agente públicos deverão marcar outra data de vistoria, desta vez acompanhada da Guarda Municipal com possibilidade de entrada forçada no imóvel, sem aplicação, contudo, de sanção, caso Eliana crie dificuldades ou impeça a fiscalização.

57

Felipe reside na zona urbana do Município de Salvador, ao lado de um grande terreno pertencente à Marinha, sem nenhuma construção. Em razão disto, edificou uma área de lazer como extensão de sua casa e assim permaneceu por 10 anos, sem requerer qualquer licença.

Sobre o caso apresentado, na forma do Código de Obras do Município de Salvador, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pagamento de aluguel ao Município é suficiente para regularizar esta situação.
- (B) A referida legislação municipal permite a construção por particulares em áreas de Marinha, mesmo sem a devida licença.
- (C) A obra não poderá ser demolida, segundo o Código, após cinco anos da construção.
- (D) A possibilidade de licenciar-se construção em áreas pertencentes à Marinha não existe.
- (E) A obra será sumariamente demolida, imputando as despesas decorrentes do ato a Felipe, sem prejuízo de possível multa.

58

A Sociedade Empresárias Terrenos Ltda. realiza um parcelamento de lote, no Município W, em área urbana, em que pretende alienar as frações ideais a eventuais compradores. Porém, Terrenos Ltda. não realizou o prévio registro de loteamento. Mesmo assim, começou a venda dos lotes, sendo cinco já comprados por diferentes adquirentes.

Tendo em vista o caso apresentado, na forma da Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não existe qualquer proibição para a venda de parcela de loteamento não registrado.
- (B) No caso de não registro de loteamento, o Município poderá apenas notificar o loteador, sem possibilidade de regularizar o loteamento não autorizado por ela.
- (C) Havendo, nos contratos de compra e venda, cláusula de rescisão por inadimplemento do adquirente, esta será válida mesmo quando o loteamento não estiver regularmente inscrito.
- (D) Com a venda de todos os lotes, Terrenos Ltda. não será parte legítima para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.
- (E) Se um dos adquirentes verificar a falta de registro do loteamento pela Terrenos Ltda., poderá suspender o pagamento das prestações restantes e notificar o loteador para suprir a falta.

59

Sílvio adquiriu um lote em loteamento urbano. Para tanto realizou contrato de compra e venda com a sociedade empresária XXY, responsável por este empreendimento.

Sobre este contrato, na forma da Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso o contrato entre as partes não disponha sobre o valor referente à corretagem, suas condições de pagamento e a identificação precisa de seu beneficiário considera-se atingido pela nulidade absoluta.
- (B) Na hipótese de Sílvio tornar-se inadimplente deverão ser indenizadas as benfeitorias úteis ou necessárias feitas por ele, mesmo que o adquirente as realize em desconformidade ao contrato de compra e venda entre as partes.
- (C) A restituição de valores ao adquirente, no caso de resolução contratual por fato a ele imputado, poderá ser feita em mais do que 12 (doze) parcelas mensais.
- (D) As regras para restituição de valores ao adquirente, em caso de resolução contratual por fato a ele imputado, não se aplicam aos contratos de compra e venda de lote sob a modalidade de alienação fiduciária.
- (E) Após a constituição em mora do devedor, em razão do não pagamento da prestação devida, o contrato não convalescerá mesmo que purgada a mora.

60

Roberto realizou obra em área urbana do Município de Salvador. Porém, durante toda a construção manteve as adjacências da obra sujas, o que foi percebido pela fiscalização municipal correspondente. Diante disto, decidiu o órgão municipal competente aplicar multa de R\$ 200.000,00 a Roberto, que reputou a sanção exorbitante.

A partir desta situação, segundo o Código de Obras do Município de Salvador, assinale a afirmativa correta.

- (A) Roberto não poderá interpor recurso contra a multa, uma vez que apenas as decisões dos agentes municipais quanto à demolição de obra são recorríveis.
- (B) Roberto poderá interpor recurso contra a multa, com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias corridos, contados a partir do momento em que ele tomou conhecimento da penalidade imposta.
- (C) Roberto poderá interpor recurso contra a multa no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- (D) Roberto poderá recorrer da decisão, apenas judicialmente.
- (E) Roberto, caso deposite o valor da multa, poderá interpor recurso desta decisão, em razão do recurso não gerar efeito suspensivo.

61

O conceito de agência executiva foi criado com o objetivo precípuo de otimizar recursos, reduzir custos e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos. Essa noção tem sua origem em um modelo utilizado nos Estados Unidos e foi importado pelo Brasil no período de reforma administrativa do Estado, na década de 90. Considerando as Agências Executivas, analise as afirmativas a seguir.

- I. É um tipo de qualificação dada à uma pessoa jurídica.
- II. Garante maior autonomia ao ente público.
- III. Altera a natureza jurídica da entidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

62

Sobre a descentralização por colaboração, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ocorre quando a Constituição atribui a um ente específico que exerça atribuições próprias de forma autônoma ao ente central.
- (B) Ocorre quando a Administração Pública transfere, por contrato ou ato administrativo unilateral, a execução de serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado.
- (C) Ocorre quando é outorgada a outros órgãos funções de determinada entidade administrativa, visando ao aumento de eficiência.
- (D) Ocorre quando a Lei específica cede a titularidade de serviço público a uma pessoa jurídica do direito público, sem que o cedente interfira nas atividades.
- (E) Ocorre quando as organizações paraestatais celebram ajuste com a Administração Pública por termo cooperação e se tornam parte da administração indireta.

63

Dentre os diferentes tipos de serviços públicos, há aqueles classificados, pela doutrina, como de utilidade pública.

Assinale a opção que apresenta características dos serviços de utilidade pública.

- (A) São executados pela Administração Pública para atender às suas necessidades internas de rotina, possuindo caráter intrinsecamente instrumental.
- (B) Produzem receita originária para a Administração Pública, tendo em vista sua prestação compulsória mediante o pagamento de tarifa.
- (C) Têm sua conveniência reconhecida pelo Estado, podendo executá-los diretamente ou por terceiros, com remuneração realizada pelos usuários.
- (D) Possuem utilização mensurável e usuário determinado, sendo necessário que a sua prestação seja feita por meio de um particular, tendo o seu financiamento oriundo de taxas.
- (E) Representam o Estado de maneira essencial, garantindo ao Poder Público a sua prestação exclusiva, em função da tipicidade das atividades.

64

Determinado município baiano autoriza, por meio de lei, a instituição de uma autarquia com a finalidade de gerir o trânsito e os estacionamento públicos da região. Para preencher os cargos dessa autarquia, serão realizados concursos públicos, e os empossados serão regidos pelo regime jurídico estatutário. Além disso, visando a contenção de despesas, o Município irá convocar alguns empresários locais para participar do capital da autarquia, deixando o Poder Público apenas com 51% do controle.

Em relação ao apresentado na situação, está de acordo com a legislação brasileira que dispõe sobre as autarquias:

- (A) A autorização da instituição da autarquia por lei, o uso do regime jurídico único estatutário para o pessoal e a participação da iniciativa privada em seu capital.
- (B) A autorização da instituição por lei da autarquia e a participação de empresários em seu capital.
- (C) A autorização da instituição da autarquia por lei, o uso do regime jurídico estatutário para o pessoal.
- (D) O uso do regime jurídico estatutário para o pessoal e a participação da iniciativa privada em seu capital.
- (E) O uso do regime jurídico estatutário para o pessoal.

65

Um pequeno hotel localizado no bairro do Pelourinho, no centro histórico de Salvador, decidiu aproveitar o movimento noturno da região para comercializar bebidas alcoólicas, transformando parte de sua área de recepção em um bar. Posteriormente, com o sucesso inesperado, o hotel adequou suas estruturas para funcionar exclusivamente como uma discoteca, encerrando as atividades de hospedagem.

Concernente à situação exposta, tem-se como possível resultado

- (A) a cassação imediata da licença do hotel pelo poder público, visto que a mudança de ramo de atividade representa um descumprimento das condições que permitiam a manutenção do ato administrativo que concedeu o alvará ao estabelecimento.
- (B) a caducidade do ato administrativo que viabiliza as atividades do hotel, em virtude de administração não mais julgar oportuno e conveniente o ato administrativo que permitia as atividades do estabelecimento, decorrente da mudança de ramo.
- (C) a invalidação dos efeitos jurídicos da atividade hoteleira do estabelecimento, amparado na impossibilidade de convalidação dos vícios insanáveis do elemento subjetivo, tendo em vista ilegalidade evidente das atividades da discoteca.
- (D) a revogação da permissão do estabelecimento, desde que precedido de devido processo legal, obedecendo aos princípios de ampla defesa e contraditório, sendo imprescindível a provocação do judiciário para a execução do ato.
- (E) o decaimento do direito de exercer a atividade de hotelaria, contanto que seja demonstrada motivação condizente com a retirada da autorização, associada diretamente à violação do estabelecimento ao omitir, do fisco, alteração cadastral.

66

Após a aquisição dos novos computadores, realizada no decorrer de um processo de modernização, os antigos equipamentos se tornaram inservíveis para a Prefeitura de Salvador, levando-a a se desfazer desses bens. Após verificar que os itens valiam R\$ 350 mil, a Prefeitura decidiu vendê-los.

Assinale a opção que indica o processo adequado para a venda dos computadores.

- (A) Contrato verbal.
- (B) Leilão.
- (C) Audiência pública.
- (D) Tomada de preços.
- (E) Dação em pagamento.

67

Amed possui um pequeno quiosque na praia do Porto da Barra, em Salvador, onde vende quibes, esfirras e mate, garantindo o sustento de sua esposa e seus nove filhos.

Durante uma fiscalização da vigilância sanitária, o fiscal verificou que uma das luvas descartáveis, utilizadas por Amed para o manuseio dos alimentos, estava com um pequeno furo. Em razão disso, o fiscal decidiu pela interdição permanente do estabelecimento, sob a alegação de grave risco à saúde dos clientes.

Em relação à situação apresentada, assinale a opção que indica o princípio constitucional violado pelo fiscal.

- (A) O da *razoabilidade*, ao aplicar uma penalidade sem proporcionalidade condizente com a situação.
- (B) O da *legalidade*, ao instituir sanção sem o devido processo legal.
- (C) O da *eficiência*, tendo em vista o dano causado à economia local.
- (D) O da *impeccabilidade*, dado o fato de que ele puniu o comerciante baseando-se na sua incapacidade contributiva.
- (E) O da *segurança jurídica*, afrontando o preceito de que ninguém será punido sem prévia cominação legal.

68

No processo de formulação de políticas públicas, existem situações em que a discussão sobre um *issue* fica restrita ao tratamento dentro das comunidades técnicas, grupos de poder e subsistemas políticos, inibindo o surgimento de novas ideias.

A ocorrência dessa situação é chamada de

- (A) armadilha *mixed-scanning*.
- (B) judicialização das políticas públicas.
- (C) formação *bottom-up*.
- (D) monopólio da política pública.
- (E) incrementalismo redundante.

69

A crise do Estado brasileiro, na década de 80, ensejou a adoção de novas práticas para a Administração Pública. Um conjunto de experiências internacionais bem-sucedidas foi, então, identificado como formando um novo movimento da atuação estatal, posteriormente denominado como Nova Gestão Pública (New Public Management).

Assinale a opção que apresenta uma característica importante desse movimento.

- (A) *Foco em Resultados*, caracterizado pela mudança paradigmática de ênfase em metodologias de controle *a posteriori* para a utilização sistêmica do controle *a priori*.
- (B) *Controle Social*, instituindo a orientação administrativa voltada para o sigilo de informações públicas, fundamentais para inibir conflitos societários.
- (C) *Valorização do Serviço Público*, adotando a filosofia do Estado empreendedor e realizando a estatização de serviços considerados estratégicos para a economia do país.
- (D) *Trabalho em Rede*, por meio do desenvolvimento da força de trabalho do setor público, reduzindo a necessidade de informatização e automatização dos processos, e garantindo a empregabilidade.
- (E) *Flexibilidade Administrativa*, oferecendo uma maior autonomia aos gestores públicos para a tomada de decisões, vinculando-a ao alcance das metas.

70

Considere que o Estado da Bahia, com o intuito de reduzir a superlotação carcerária da região, decida construir uma nova penitenciária.

Para a tarefa, o Estado, que será responsável pela fiscalização do serviço, opta por contratar uma empresa privada para a construção e administração da penitenciária, por meio de licitação, remunerando-a de acordo com o número de detentos presentes no complexo. Sabe-se também que o valor previsto do acordo será de 30 milhões de reais e terá vigência de 25 anos.

Em relação à situação apresentada, é correto afirmar que o acordo realizado entre o Estado da Bahia e a empresa vencedora da licitação representa um exemplo de

- (A) Parceria Público Privada, na modalidade de concessão administrativa.
- (B) Parceria Público Privada, na modalidade de concessão patrocinada.
- (C) Concessão comum, na modalidade pregão.
- (D) Autorização, de caráter precário e discricionário.
- (E) Publicização, vinculando a Organização Social ao Poder Público.

Realização

